

RETIFICAÇÃO

No Aviso publicado no Diário Oficial da União de 08/01/2026, Seção 3, página 173, onde se lê "Área de Regulação/Departamento de Regulação do Sistema Financeiro", leia-se "Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução/Departamento de Organização do Sistema Financeiro".

DANIEL BRITO DE CASTRO BICHUETTE
Chefe, Substituto

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

COMUNICADO Nº 44.497, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Divulga a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos a 7 de janeiro de 2026.

De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 4.624, de 18.1.2018, comunicamos que a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos ao período de 7.1.2026 a 7.2.2026 são, respectivamente: 1,1753% (um inteiro e mil, setecentos e cinquenta e três décimos de milésimo por cento), 1,00997825 (um inteiro e novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e cinco centésimos de milionésimos) e 0,1757% (mil, setecentos e cinquenta e sete décimos de milésimo por cento).

BEATRIZ DA COSTA LOURENCO
Chefe, em exercício

COMUNICADO Nº 44.496, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

Divulga condições para a realização de operações compromissadas com instituições financeiras participantes do módulo Oferta Pública (Ofpub).

O Banco Central do Brasil, com base no disposto na Resolução BCB nº 75, de 23 de fevereiro de 2021, torna público que, das 12:00 às 12:30 horas do dia 8 de janeiro de 2026, acolherá propostas das instituições financeiras participantes do módulo Ofpub para a realização de operações de venda de títulos públicos com compromisso de revenda assumido pela instituição financeira compradora, admitida a livre movimentação dos títulos, com as seguintes características:

I - títulos:

a) Letras do Tesouro Nacional (LTN): vencimentos em 19/7/2026, 19/10/2026, 19/4/2027, 19/7/2027, 19/10/2027, 19/1/2028, 19/1/2028, 19/7/2028, 19/1/2029, 19/7/2029, 19/1/2030 e 19/1/2032;

b) Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B): vencimentos em 15/8/2026, 15/05/27, 15/8/2028, 15/5/2029, 15/8/2030, 15/8/2032, 15/5/2033, 15/5/2035, 15/8/2040, 15/5/2045, 15/8/2050, 15/5/2055 e 15/8/2060;

c) Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F): vencimentos em 19/1/2027, 19/1/2029, 19/1/2031, 19/1/2033 e 19/1/2035; e

d) Letras Financeiras do Tesouro (LFT): vencimentos 19/9/2026, 19/3/2027, 19/9/2027, 19/3/2028, 19/9/2028, 19/3/2029, 19/9/2029, 19/3/2030, 19/6/2030, 19/9/2030, 19/12/2030, 19/3/2031, 19/6/2031, 19/9/2031, 19/12/2031 e 19/3/2032.

II - valor financeiro máximo desta oferta: R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), observado que, de um mesmo título/vencimento, cada instituição financeira poderá adquirir, no máximo, 100% do valor de sua(s) proposta(s) aceita(s);

III - preços unitários de venda: os informados pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), às 11:30 horas de 8/1/2026, na página do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) na internet (www.rtm.selic.gov.br);

IV - divulgação do resultado: 8/1/2026, a partir das 12:30 horas;

V - data de liquidação da venda: 9/1/2026; e

VI - data de liquidação da revenda: 10/4/2026.

2. Na formulação das propostas, limitadas a 3 (três) por instituição, deverão ser informados o percentual, com 4 (quatro) casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 8/1/2026, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

$$PU_{revenda} = PU_{venda} \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ1 \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ2 \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\}$$

em que:

I - PU_{revenda} corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PU_{venda} corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

X - P corresponde ao produtivo.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

BEATRIZ DA COSTA LOURENCO
Chefe, em exercício

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO CONTRATUAL

Secretaria-Geral
Espécie: 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/SG/MPDFT/2022. SEI nº 19.04.4212.0009204/2022-29. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: FORTALEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI; CNPJ: 38.054.508/0001-45. Objeto: reduzir a jornada de trabalho, de 44 horas para 40 horas semanais, dos seguintes serviços contínuos, objeto do Contrato nº 010/SG/MPDFT/2022 (ITEM 1), na forma do art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, atualizada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381, de 17 de setembro de 2025. Início da Vigência: 05/01/2026. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária-Geral; CONTRATADA: DIEGO DE OLIVEIRA BARRETO, Diretor. Data de assinatura MPDFT: 30/12/2025. Data de assinatura CONTRATADA: 05/01/2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais. CONTRATADA: BRAVO AR SERVICE COMÉRCIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 20.982.406/0001-24 OBJETO: Rescisão unilateral do Contrato nº 15/2023, referente à prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado tipo VRF e split system do edifício sede da Procuradoria da República no Município de Uberlândia. PROCESSO: 1.22.000.001873/2023-11. VIGÊNCIA: O distrato tem efeitos a partir do dia 01/02/2026. DATA DA ASSINATURA: 06/01/2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93. ASSINA: pela Contratante, Esther Silva Barbosa, Secretária Regional.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República em Pernambuco (PR-PE) e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS. DATA E ASSINATURA: 08/01/2026. Procurador-Chefe da PR-PE RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES e MAGNA DO CARMO SILVA, Pró-Reitora de Graduação. Processo Administrativo 1.26.000.003359/2025-3.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.938/2023
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S/A (MATERNIDADE BRASÍLIA), CNPJ nº 60.884.855/0019-83. Objeto: Alterar os Representantes Legais do CREDENCIADO, alterar o Anexo II com a inclusão do Inciso VIII ao Parágrafo Sétimo, alterar os valores dos Anexos III, VI, VIII e IX e incluir o procedimento 50001205 - Consulta com Enfermeiro Obstetra ou Obstetriz ao Anexo IX. Vigência a partir de 07/01/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado RENATA ARAÚJO DE SOUSA (Procuradora) e JOANA DE SOUZA LOUREIRO BALASSIANO (Procuradora). Processo nº 0.04.000.003155/2023-53.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 1.832/2023
Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 1832/2023, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e HOSPITAL OTOLÓGICA LTDA. (CNPJ 23.443.518/0001-03), para prestação de serviços médico-hospitalares. PGEA: 1.15.000.000595/2023-10. Objeto: Alterar a representação legal do Credenciado e inclusão de novo serviço paramédico no Anexo III do Termo de Credenciamento. Vigência: a partir de 15/12/2025. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo), e pelo Credenciado ANTÔNIO ALVES BENJAMIM NETO (Diretor) e FERNANDO JOSÉ DE CARVALHO ROCHA (Administrador).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.477/2023
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CEDRO - CENTRO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO RADIOLÓGICO ODONTOLÓGICO LTDA, CNPJ nº 06.081.077/0001-10. Objeto: alterar as CLÁUSULAS DÉCIMA - DO PAGAMENTO e a DÉCIMA PRIMEIRA - DA GLOSA. Vigência a partir de 07/01/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e ANTÔNIO ROGÉRIO DA SILVA (Diretor Administrativo Substituto) e pelo Credenciado CAROLINA CAMARINHA DE FARIA SALGADO (Sócia Administradora). Processo nº 0.03.000.022163/2023-36.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.245/2023
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o HOSPITAL PACINI LTDA, CNPJ nº 00.417.089/0001-96. Objeto: Alterar o anexo I com a inclusão do pacote de aplicação de injeção intravítrea de Vabysmo. Vigência a partir de 08/01/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado NATALIA PACINI LYCURGO LEITE (Procuradora). Processo nº 1.00.000.001012/2020-58.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 878/2021
Credenciário: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ. CNPJ nº 60.726.502/0001-26. Objeto: inclusão da taxa de infusão de medicamentos e pacote de Port-a-Cath. Vigência a partir de 18/12/2025. Assinatura: pelo credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo credenciado CLOVIS POGGETTI JUNIOR (representante). Processo: 1.34.001.002943/2021-66.



EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.017/2025

Termo de Credenciamento nº 1017/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e A DE MOURA BARBOSA, CNPJ: 36735437/0001-10, para prestação de Serviços Paramédicos. PGEA: 0.03.000.036492/2025-26. Vigência: 19/12/2025 a 18/12/2030. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado ANDRESSA DE MOURA BARBOSA (fonoaudióloga).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 881/2025

Termo de Credenciamento nº 881/2025 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e CLÍNICA APOENA BURITI I CUIDADO A SUA SAÚDE LTDA., CNPJ: 58.128.312/0001-65 para prestação de serviços PARAMÉDICOS. Processo: 0.03.000.033969/2025-11. Vigência: 22/12/2025 a 21/12/2030. Assinatura: pelos credenciados HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora executiva Adjunta), pelo Credenciado ARMANDO LEONARDO DA SILVA (Representante).

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 040.378/2023-3; b) Espécie: Contrato de Licenciamento de Software, firmado em 12/12/2025, entre o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e a EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, CNPJ nº 06.977.747/0002-61; c) Objeto: licenciamento de uso, no território nacional, não oneroso, sem fins comerciais, do programa de computador denominado ChatTCU; d) Fundamento Legal: Lei nº 9.609/1998, e subsidiariamente, Leis nº 9.610/1998 e 14.133/2021; Portaria-TCU nº 69/2010 e) Vigência: 30 anos, contados de sua assinatura; f) Valor anual: não se aplica; g) NE n.º não se aplica; h) Signatários: pelo Licitante, Rainério Rodrigues Leite, e, pelo Licenciado, Thiago Guilherme Ferreira Prado.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 1-TCU/SEPROC, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Processo TC 007.675/2022-4 -

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA Ana Rosa dos Santos Costa Oliveira, CPF: 005.132.465-25, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 8/1/2026: R\$ 120.362,80.

O débito decorre da(s) seguinte(s) irregularidade(s): inexecução parcial do objeto do Contrato de Repasse 783214/2013 (registro Siafi 783214), sem aproveitamento útil da parcela executada, em decorrência de ausência de providências necessárias para conclusão da obra, o que caracteriza infração à(s) norma(s) a seguir: Art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 8/1/2026: R\$ 136.400,81; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O pagamento do débito pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Nos termos do art. 39, § 3º, da Resolução-TCU nº 360, de 25/10/2023, os prazos processuais, incluindo os referentes à interposição de recursos, suspendem-se durante o período de recesso do Tribunal (neste ano, de 17/12/2025 a 16/1/2026), à exceção dos relacionados à adoção de medida cautelar e dos relacionados à Instrução Normativa-TCU 81/2018, de 20/6/2018.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

Defensoria Pública da União

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SÃO PAULO-SP

EDITAL - DPU-SP/GABDPC SP - Nº 21, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO RESIDENTES EM DIREITO PARA ATUAÇÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SÃO PAULO/SP - EDITAL - DPU-SP/GABDPC SP Nº 5/2024

O DEFENSOR PÚBLICO-CHEFE DA UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994, torna público o resultado parcial do processo seletivo para residentes jurídicos, objeto do EDITAL - DPU-SP/GABDPC SP - Nº 005, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024.

O processo seletivo continua em andamento e a publicação dos demais selecionados será efetuada oportunamente.

RELAÇÃO PARCIAL DE SELECIONADOS

Nome	Cota PCD (item 3 do edital) Sim/Não	Cota racial (item 4 do edital) Sim/Não
BIANCA ALVES SILVA	Não	Sim

*A candidata BIANCA ALVES SILVA será convocada em substituição à residente ANNA GABRIELA REBOUÇAS PINTO, desligada em 19/12/2025.

ANTÔNIO ROVERSI JUNIOR

SECRETARIA-GERAL EXECUTIVA

COORDENAÇÃO LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº /2026 - UASG 290002

Número do Contrato: 105/2023.

Nº Processo: 08172.000031/2023-03.

Pregão. Nº 58/2023. Contratante: DPU-SECRETARIA DE EXECUCAO ORCAM. FINANCEIRA. Contratado: 19.232.342/0001-65 - PROCAO SEGURANCA PRIVADA LTDA. Objeto: Na publicação do d.o.u de 07/01/2026 seção 3, pág: 228, do 2º ta do contrato 105/2023, onde se lê: prorrogar o prazo de vigência do contrato n.º105/2023 por mais 30 (trinta) meses, a contar de 06/05/2026 a 04/11/2028. Leia-se prorrogar o prazo de vigência do contrato n.º105/2023 por mais 30 (trinta) meses, a contar de 06/05/2026 a 05/11/2028.

(COMPASNET 4.0 - 08/01/2026).

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO DE COMPRAS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Proc. 1.301.780/2025. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 18/2025, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela empresa GUERBET IMAGEM DO BRASIL LTDA. OBJETO: prorrogação da Ata de Registro de Preços pelo prazo de 1 (um) ano e pelos saldos residuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90001/2025. PRAZO DE VALIDADE: de 27/02/2026 até 26/02/2027. VALOR TOTAL: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

Proc. 1.386.381/2025. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 20/2025, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela empresa MA TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: prorrogação da Ata de Registro de Preços pelo prazo de 1 (um) ano e pelos saldos residuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90082/2024. PRAZO DE VALIDADE: de 24/03/2026 até 23/03/2027. VALOR TOTAL: R\$ 11.462,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e dois reais).

Proc. 1.385.732/2025. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 25/2025, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela empresa DOMINI TELECOM LTDA. OBJETO: prorrogação da Ata de Registro de Preços pelo prazo de 1 (um) ano e pelos saldos residuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90082/2024. PRAZO DE VALIDADE: de 24/03/2026 até 23/03/2027. VALOR TOTAL: R\$ 15.132,00 (quinze mil cento e trinta e dois reais).

Proc. 1.385.682/2025. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 28/2025, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela empresa IRD PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: prorrogação da Ata de Registro de Preços pelo prazo de 1 (um) ano e pelos saldos residuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90082/2024. PRAZO DE VALIDADE: de 24/03/2026 até 23/03/2027. VALOR TOTAL: R\$ 5.769,40 (cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - UASG 10001

Nº Processo: 774757/2025. Objeto: Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de medicamentos. Total de Itens Licitados: 93. Edital: 09/01/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar, Zona Cívica Administrativa - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/10001-5-90001-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 09/01/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 22/01/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

(SIASGnet - 07/01/2026) 10001-00001-2026NE000291

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio CN2026/0001. Processo: 200.023927/2025-28. Celebrado com o INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA LTDA - IDP. CNPJ: 02.474.172/0001-22. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos respectivos cursos de graduação da CONVÊNIO a oportunidade de realização de estágio remunerado no SENADO. Vigência: início: 08/01/2026 - final: 08/01/2031. Signatários: pelo Senado Federal: Wanderley Rabelo da Silva, Diretor-Geral substituto, pelo IDP: Fernando Henrique Gonçalves Rios, Secretário-geral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 01º Termo Aditivo ao Convênio de Consignação nº 0029/2024, celebrado com o Banco Daycoval S.A. CNPJ: 62.232.889/0001-90. Processo: 200.013737/2025-01. Data da Assinatura: 08/01/2026. Objeto: Prorroga a vigência do Convênio de Consignação nº 029/2024, de 28 de fevereiro de 2026 a 28 de fevereiro de 2028. Signatários: pelo Senado Federal: Wanderley Rabelo da Silva, Diretor-Geral em exercício; pela Instituição: Leandro da Silva Moraes e Cristiano Sanchez de Oliveira.

